



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2016
ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2016
SEI Nº 0017817-21.2016

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXX, PARA O FORNECIMENTO DE DIREITO DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO COM SUPORTE TÉCNICO REMOTO PARA A SOLUÇÃO VMWARE VSPHERE ENTERPRISE PLUS E VCENTER SERVER STANDARD, POR 36 (TRINTA E SEIS) MESES.

A União Federal, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins**, CNPJ/MF nº 05.789.902/0001-72, situado na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conjunto 01, Lotes 1 e 2, Palmas/TO, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **FLAVIO LEALI RIBEIRO**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 1.565.192 SSP/DF e CPF nº 412.307.011-68, e pelo Secretário de Administração e Orçamento, **TEODOMIRO FERNANDES AMORIM**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade nº 1.522.273 SSP/GO e do CPF nº 094.110.381-15, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF nº 76.535.764/0001-43, estabelecida na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX/XX, representada neste ato por **XXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), casado(a), portador(a) do documento de identidade nº XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, sujeito as disposições da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei 10.520/2002, Resolução CNJ nº 182, de 17 de outubro de 2013, mais as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento de direito de atualização de versão com suporte técnico remoto para a solução **VMware vSphere Enterprise Plus** e **VMware vCenter Server Standard (VMWare Basic Support & Subscription Service)** pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações e

condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência (Anexo I do Pregão Eletrônico 67/2016).

1.2 Os itens contratados são os discriminados na tabela abaixo:

ITEM	DEMANDA PREVISTA	UNIDADE	QUANTIDADE A CONTRATAR
1	Direito de atualização de versão com suporte técnico remoto para VMware vSphere Enterprise Plus (36 meses) – <i>VMWare Basic Support & Subscription Service</i>	CPU	12
2	Direito de atualização de versão com suporte técnico remoto para VMware vCenter Server Standard (36 meses) – <i>VMWare Basic Support & Subscription Service</i>	Instância	02

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

2.1. Requisitos da solução

2.1. DIREITO DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO COM SUPORTE TÉCNICO REMOTO PARA A SOLUÇÃO VMware vSphere Enterprise Plus – VMWare Basic Support & Subscription Service

2.1.1. Direito de atualização de versão e suporte técnico da solução VMware Enterprise Plus pelo período de 36 (trinta) meses;

2.1.2. Define-se atualização de versão como direito para atualização dos softwares, incluindo versões maiores (major releases), versões menores (minor releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software VMware vSphere 5 Enterprise Plus, tradicionalmente disponibilizadas por meio de download a partir do sítio na Web da VMware;

2.1.3. Define-se serviço de suporte técnico como sendo aquele efetuado mediante atendimento telefônico e correio eletrônico, com objetivo de solucionar problemas de funcionamento e disponibilidade da solução e de esclarecer dúvidas relacionadas à instalação, configuração, uso e atualização dos produtos;

2.1.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados técnicos pelo menos 12 (doze) horas por dia, pelos menos 5 (cinco) dias por semana, mediante sistema Web ou de um telefone 0800 ou número local em Palmas/TO;

2.1.5. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;

2.1.6. Os chamados técnicos serão categorizados nos seguintes níveis de severidade:

Nível	Descrição
1	Servidor de produção fora de operação e sem qualquer solução de contorno para emprego imediato. A atividade-fim da instituição foi significativamente perturbada.
2	Funcionalidades principais severamente prejudicadas. Operação prossegue com restrições significativas. Solução de contorno temporária disponível.
3	Perda de funcionalidades não críticas. Operações deficientes de alguns componentes, mas o usuário continua a utilizar o <i>software</i> .
4	Questões de caráter geral

2.1.7. O nível de severidade dos chamados deverá ser comunicado à CONTRATADA no momento de sua abertura;

2.1.8. O atendimento dos chamados técnicos de nível de severidade 1 deverá ser solucionado em até 4 (quatro) horas comerciais; os de nível de severidade 2, em até 8 (oito) horas comerciais e os de nível de severidade 3 e 4, em até 12 (doze) horas comerciais;

2.1.9. Para fins desta contratação horas comerciais são as compreendidas entre 8h e 19h, horário de Brasília-DF em dias úteis;

2.1.10. O chamado técnico só será considerado concluído após confirmação do TRE-TO;

2.1.11. O nível de severidade de um chamado poderá ser reclassificado. Neste caso, haverá nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade;

2.1.12. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, relatório contendo as informações de data e hora de abertura e fechamento do chamado, nome do responsável pela abertura, nome do responsável pelo atendimento, número de controle (protocolo), nível de severidade e descrição sucinta do chamado.

2.2. DIREITO DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO COM SUPORTE TÉCNICO REMOTO PARA VMware vCenter SERVER STANDARD – VMWare Basic Support & Subscription Service

2.2.1. Direito de atualização de versão e suporte técnico da solução VMware vCenter Server Standard pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

2.2.2. Definem-se direitos de atualização de versão como direitos para atualização dos softwares, incluindo versões maiores (major releases), versões menores (minor releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software VMware vCenter Server Standard, tradicionalmente disponibilizadas através de download a partir do sítio na Web da VMware.

2.2.3. Define-se serviço de suporte técnico como sendo aquele efetuado mediante atendimento telefônico e correio eletrônico, com objetivo de solucionar problemas de funcionamento e disponibilidade da solução e de esclarecer dúvidas relacionadas à instalação, configuração, uso e atualização dos produtos;

2.2.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados técnicos pelo menos 12 (doze) horas por dia, pelos menos 5 (cinco) dias por semana, mediante sistema Web ou de um telefone 0800 ou número local em Brasília-DF;

2.2.5. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;

2.2.6. Os chamados técnicos serão categorizados nos seguintes níveis de severidade:

Nível	Descrição
1	Servidor de produção fora de operação e sem qualquer solução de contorno para emprego imediato. A atividade-fim da instituição foi significativamente perturbada.
2	Funcionalidades principais severamente prejudicadas. Operação prossegue com restrições significativas. Solução de contorno temporária disponível.
3	Perda de funcionalidades não críticas. Operações deficientes de alguns componentes, mas o usuário continua a utilizar o <i>software</i> .
4	Questões de caráter geral

2.2.7. O nível de severidade dos chamados deverá ser comunicado à CONTRATADA no momento de sua abertura;

2.2.8. O atendimento dos chamados técnicos de nível de severidade 1 deverá ser solucionado em até 4 (quatro) horas comerciais; os de nível de severidade 2, em até 8 (oito) horas comerciais e os de nível de severidade 3 e 4, em até 12 (doze) horas comerciais;

2.2.9. Para fins desta contratação horas comerciais são as compreendidas entre 8h e 19h, horário de Brasília/DF de dias úteis;

2.2.10. O chamado técnico só será considerado concluído após confirmação do TRE/TO;

2.2.11. O nível de severidade de um chamado poderá ser reclassificado. Neste caso, haverá nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade;

2.2.12. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, relatório contendo as informações de data e hora de abertura e fechamento do chamado, nome do responsável pela abertura, nome do responsável pelo atendimento, número de controle (protocolo), nível de severidade e descrição sucinta do chamado.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 O objeto do presente instrumento será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1 O direito de atualização de versão de suporte técnico remoto para a solução VMware vSphere Enterprise Plus e VMware vCenter Server Standard (VMWare Basic Support & Subscription Service) deverá ser fornecido no prazo de 30 dias corridos, contados da assinatura do contrato.

4.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados técnicos pelo menos 12 (doze) horas por dia, pelos menos 5 (cinco) dias por semana, mediante sistema Web ou de um telefone 0800 ou número local em Palmas/TO.

4.3 O atendimento dos chamados técnicos de nível de severidade 1 deverá ser solucionado em até 4 (quatro) horas comerciais; os de nível de severidade 2, em até 8 (oito) horas comerciais e os de nível de severidade 3 e 4, em até 12 (doze) horas comerciais, conforme Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao CONTRATANTE:

- a) promover o acompanhamento e a fiscalização dos produtos e serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- b) recusar, a critério da fiscalização, qualquer bem ou serviço fornecido ou executado fora das condições contratuais;
- c) receber os bens e serviços na forma descrita neste Termo de Referência;
- d) prestar as informações, recomendações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

- e) efetuar o pagamento à CONTRATADA, segundo as condições estabelecidas neste termo.

5.2. Compete à CONTRATADA:

- a) fornecer os produtos e serviços no prazo e demais condições estipuladas neste termo, no edital da Licitação e na proposta;
- b) entregar os produtos no prazo máximo estipulado neste termo;
- c) Se constatada qualquer irregularidade nos produtos, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de 10 (dez) dias;
- d) estando em mora o Contratado, o prazo para substituição dos produtos, de que trata a alínea anterior, não interromperá a multa por atraso prevista no instrumento contratual;
- e) em caso de substituição de produto, conforme previsto no subitem “c”, correrão por conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega do produto;
- f) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TER/TO;
- a) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- b) nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- e) respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;
- f) Garantir as responsabilidades assumidas mesmo que o suporte seja realizado diretamente pelo fabricante diretamente VMware.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

6.1. O valor global do presente contrato é de R\$ 00,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme proposta apresentada no certame licitatório.

6.2. O CONTRATANTE realizará o pagamento, em parcela única, mediante aceite definitivo, após a disponibilização do link (endereço eletrônico) para download das versões atualizáveis de cada produto descrito no item 1.2 Cláusula Primeira, e após apresentação do documento fiscal correspondente.

6.3. O pagamento à CONTRATADA será efetuado em moeda corrente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento definitivo dos produtos e após

apresentação de Nota Fiscal/Fatura, em 1 (uma) via, devidamente atestada pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura - CSI deste Tribunal.

6.4. Sobre as faturas incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a CONTRATADA isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com as faturas, cópia do comprovante respectivo.

6.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.6. Os serviços relativos aos itens da Cláusula Segunda deste contrato, que tratam do direito de atualização de versão e suporte técnico remoto, serão prestados pelo período de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de assinatura do contrato de prestação de suporte.

6.7. O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

6.8. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento da contratada os eventuais débitos, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

6.9. Para liquidação da despesa, a contratada deverá estar certidões de regularidade com a Previdência Social - CND/INSS e com o FGTS, em plena validade.

6.10. A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste Contrato.

6.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, garantido o direito de atualização e suporte remoto dos serviços contratados durante a vigência contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1. Como o pagamento será realizado em parcela única, o valor contratado não será sofrerá reajuste.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. Contratada deverá apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato, sob pena de ter o contrato rescindido e penalidades cabíveis, garantia contratual, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, podendo optar por uma das modalidades descritas no §1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/1993.

9.2. Em se tratando de caução em dinheiro, deverá a contratada comprovar junto à SADOR, o depósito em caderneta de poupança em favor do TRE-TO.

9.2.1. Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá encaminhá-la, mediante Protocolo, à Seção de Contratos do TRE-TO.

9.2.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

9.3. Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” do item anterior.

9.4. No caso da garantia ser prestada por meio de fiança bancária ou de seguro-garantia, a mesma deverá ser renovada, na hipótese de ocorrer prorrogação do contrato, no mesmo prazo e percentual estabelecidos neste capítulo, devidamente reajustado.

9.5. No caso de acréscimo, supressões e eventuais repactuações, é condição preliminar, a adequação da garantia legal prestada.

9.6. Em ocorrendo revisão de preços, o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção.

9.7. Se o valor da garantia vier a ser utilizada nas situações referidas no item 9.2.2, a contratada se obriga a efetuar a respectiva reposição, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal.

9.8. A garantia somente poderá ser liberada ou restituída após a execução do contrato.

9.8.1. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

9.8.2. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o término da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

9.8.3. Deverá constar expressamente na garantia, que caso seja necessário o pagamento de verbas trabalhistas, a instituição garantidora atenderá o disposto no item 9.8.2.

9.9. A vigência da garantia apresentada deverá ser superior em pelo menos 3 (três) meses a vigência do contrato

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACEITE, ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO

10.1. Condições de aceite

10.1.1. A verificação técnica e o aceite definitivo dos produtos e serviços deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do primeiro dia útil após a entrega de todos os produtos;

10.1.2. O aceite definitivo dos produtos será efetuado por técnicos designados pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura CSI, que elaborarão relatório para fins de liberação do pagamento das Notas Fiscais/Faturas e do início da contagem do prazo da garantia onsite.

10.2. Condições de alteração

10.2.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

10.3. Condições de cancelamento

10.3.1. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

- a) atraso injustificado na execução dos serviços, bem como sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE.

10.3.2. Nos casos em que a CONTRATADA sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta contratação desde que a execução do contrato não seja afetada e que a CONTRATADA mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

10.3.3. Ao CONTRATANTE é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, todos da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

11.1. O presente Contrato é celebrado mediante licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica e sob o nº 67/2016, nos termos da Lei 10.520/2002, o Decreto 5.450, de 31 de maio de 2015, Resolução CNJ nº 182, de 17 de outubro de 2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por comissão especialmente designada, composta de servidores da Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura - área demandante; servidores da Seção de Gestão da Infraestrutura Tecnológica - área técnica e da Secretaria de Administração e Orçamento - área administrativa, que serão respectivamente fiscal técnico, fiscal demandante e fiscal administrativo.

12.2. A comissão especialmente designada pela Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à gestão do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93) e notificando a autoridade superior, quando necessário, para as providências corretivas.

12.3. As relações mantidas entre o TRE/TO e a CONTRATADA serão intermediadas pela comissão responsável pela fiscalização do contrato.

12.4. À Fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento fiel do contrato e impugnar todo e qualquer material ou serviços executados pela CONTRATADA, que não atendam às condições contratuais e a especificação técnica, cabendo à CONTRATADA refazer os serviços e/ou produtos rejeitados e arcar inteiramente com os custos decorrentes.

12.5. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

12.6. Havendo falha na prestação dos serviços, a empresa será notificada para exercer seu direito ao contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o que ser-lhe-á aplicada advertência, ou outra penalidade de acordo com a gravidade do ato, após análise jurídica por parte do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Atraso injustificado para o fornecimento dos produtos e ou início da prestação dos serviços sujeitará a Contratada à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções,

inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

- a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do contrato;
- b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,8%, calculada sobre o valor do contrato, limitada a 15% (quinze cento), sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do instrumento de contrato, o TRE/TO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa vencedora as seguintes sanções:

13.1.1. Advertência escrita;

13.1.2. Multa compensatória no percentual de até 15% (quinze por cento) calculada sobre o valor do contrato;

13.1.3 impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

13.3. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

13.4. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste termo.

13.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar, a contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste termo e das demais cominações legais.

13.6. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA ou cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. Constituem motivos para rescisão do presente contrato às hipóteses previstas no art. 77 e nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

14.2. Os casos de rescisão contratual pelos motivos previstos nesta cláusula serão formalmente motivados em processo.

14.3. A rescisão contratual, precedida da devida autorização do **CONTRATANTE**, na forma escrita e fundamentada, poderá ser:

- a) Formalizada através de ato unilateral do **CONTRATANTE**, na ocorrência dos motivos previstos nesta cláusula;

- b) Amigável, por acordo das partes, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**, mediante termo cabível;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta do Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0017 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral e Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.39.08 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Manutenção de Software.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. O presente Contrato será publicado em extrato no D.O.U., consoante termos do artigo 61, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666/93, às expensas do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Tocantins em Palmas, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

E por estarem assim de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em meio eletrônico, no processo administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

Palmas/TO, ____ de setembro de 2016.

FLAVIO LEALI RIBEIRO

Diretor-Geral / TRE-TO

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM

Secretário de Administração e Orçamento / TRE-TO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante da Contratada